

■ ARTIGOS

■ Datas comemorativas ou significativas: festas juninas na escola

 Edna Rodrigues Barroso *

Resumo: O trabalho tem como objetivo apresentar subsídios para a discussão sobre Datas Comemorativas e sua relação com a organização do trabalho pedagógico, especialmente nas instituições de Educação Infantil. Dentre as datas comemorativas, as festas juninas foram tomadas como exemplares para a análise, dadas a relevância e a frequência com que ocorrem nas escolas, sejam públicas ou privadas. A análise recai sobre os estereótipos e os preconceitos que as festas juninas podem disseminar e qual o papel dessa instituição na superação ou reiteração das questões levantadas. Pretende contribuir tanto para as possibilidades de significar o calendário festivo, convertendo as datas comemorativas em datas significativas, quanto para a oferta de elementos para a (re)elaboração de propostas pedagógicas que considerem a criança centro do planejamento.

Palavras-chave: Datas comemorativas. Festas juninas. Currículo.

* Edna Rodrigues Barroso é graduada em Pedagogia pelas Faculdades Integradas da Católica de Brasília (1987), especialista em Administração Escolar pela Universidade de Brasília (1992), e mestre (2004) e doutora (2011) em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. É pedagoga no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem na Secretaria de Estado de Educação do DF. Contato: ednarbarroso@gmail.com.

As datas comemorativas são comumente vistas como momentos de lembrar eventos históricos e culturais, podendo fazer parte da tradição ou costume de um povo. Mas o que é mesmo comemorar? O uso constante de uma palavra pode fortalecê-la ou esvaziá-la de sentido. Por isso, iniciamos trazendo à tona o sinônimo inscrito no dicionário online Priberam. De acordo com a consulta, comemorar é lembrar, trazer à memória, solenizar recordando.

Segundo Lisboa (2008), comemorações fazem parte da vida social tanto nas esferas pública quanto na privada. No âmbito público, são festejadas datas consideradas importantes, tais como “descobertas” de territórios, fundações de cidades e instituições, nascimento e morte de personagens, efemérides de modo geral. Nascimentos, casamentos, aniversários são motivos para celebrar no âmbito privado.

Entretanto, não podemos cair na armadilha de naturalizar os atos e fatos do comemorar. Somente podemos celebrar porque nos percebemos inseridos em um tempo cronológico e histórico. “Ou seja, as comemorações são fenômenos das sociedades contemporâneas laicizadas, em que as grandes datas históricas tomaram o lugar das datas cristãs.” (LISBOA, 2008, p. 3).

As comemorações revelam-se como “momentos extra-cotidiano” (CURADO, 2016, p.3), constituindo-se tempo de festejar, manifestar luto, representar ritos de passagem, patentear símbolos, contar e recontar histórias, lembrar pessoas e fatos.

A prática comemorativa é um dos possíveis “lugares de memória”, na expressão consagrada pelo historiador francês Pierre Nora. Os lugares da memória, materiais ou não materiais, redundam do sentimento de que não há mais memória espontânea. Nora (1993) afirma que a necessidade de se criar arquivos, festejar aniversários, organizar celebrações, pronunciar necrológios, lavrar atas e assim por diante são operações que nada têm de natural. O intelectual fala em “vigilância comemorativa”, derivada da possibilidade desses lugares serem varridos pela história. Sempre há uma ameaça espreitando, pois não se vive verdadeiramente as lembranças que eles envolvem. “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas.” (NORA, 1993, p. 14).

Destarte, para manter-se viva, a memória demanda símbolos, ordenações, sequências e ritos (ESQUINSANI, 2012). “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.” (NORA, 1993, p.9).

A propósito, são consideráveis a persistência e a relevância concedidas ao calendário de datas consideradas especiais, arrebataando corações e mentes e movimentando a economia (indústria, comércio, serviços).

A escola não fica imune a isso e, em muitas ocasiões, incentiva e até mesmo produz um repertório peculiar de dias *sui generis*. Celebradas na escola, as datas comemorativas podem ser uma das estratégias para nutrir memórias e, outrossim, cumprem o papel de tecer ou reiterar identidades.

Por conseguinte, o que causa inquietação não é a presença dessas datas, pois à instituição escolar não cabe desprezar, impunemente, a memória, a história, o passado, visto que tem como uma das suas funções a educação das novas gerações, levando até elas a herança coletiva e o bem comum das aprendizagens e dos conhecimentos. Mas sim a dimensão que o anuário de festas, eventos, momentos especiais ocupa na organização do trabalho pedagógico.

Com todas as mudanças ocorridas no contexto educacional, especialmente na Educação Infantil, e diante da recente discussão e produção teórica sobre currículo, ainda é possível constatar que as escolas organizam o planejamento pedagógico em torno das datas comemorativas do calendário civil e religioso. Por que a persistência dos “dias de” como ordenador (em alguns casos, único ou máximo) do cotidiano das instituições?

As necessárias mudanças que vêm sendo buscadas e/ou implantadas produziram e, ao mesmo tempo, foram produzidas por políticas e publicações oficiais que seguem dando visibilidade para a questão da infância e da criança, quais sejam: Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998), Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação (BRASIL, 2006), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006), Lei nº 11.494 de 20/06/2007 – regulamenta o FUNDEB (BRASIL, 2007), Emenda Constitucional nº 59/2009 – prevê a obrigatoriedade de ensino de quatro a dezessete anos (BRASIL, 2009)¹.

Inclusive o Currículo em Movimento da SEEDF (2014) instrui seus profissionais a adotar uma compreensão que vai de encontro a simples aplicação de um calendário festivo:

Ao discutir concepções, prioridades, ações, metodologia e formas de operacionalização do fazer escolar, em consonância com os princípios do projeto educacional do sistema público de ensino do DF e das políticas públicas nacionais, cada unidade escolar elaborará suas propostas curriculares, transcendendo a mera definição de datas comemorativas, o “currículo turístico” que se organiza em eventos e festividades, como dia das mães, dos pais, do índio, da páscoa, do folclore, entre outros. (SEEDF, 2014, p. 19)

Então, por que as escolas insistem nas datas comemorativas como fio para conduzir boa parte do fazer pedagógico? Seria reprodução de costumes? Prática docente

reflexiva? Materialização das concepções acerca da infância, criança, currículo? Vivificação das identidades coletivas? Necessidade dos adultos e/ou das crianças?

Podemos categorizar as datas de diversos modos². Para efeitos didáticos, Maia (2014) elaborou uma organização simples, que não contempla todas as datas – dadas as especificidades das instituições – porém abarca a maioria dos festejos escolares³, sendo:

- Datas religiosas (do calendário judaico-cristão) - Páscoa, Corpus Christi, Natal.
- Datas cívicas e morais, sendo:
- Pátria – Dia de Tiradentes, Descobrimento do Brasil, Soldado, Hino Nacional, Folclore, Independência, Bandeira, Proclamação da República, Aniversário da Cidade, Eleições.
- Família – Dia das Mães, Avós, Pais, Família.
- Convivência social - Dia do Idoso, Mentira, Livro, Família na Escola, Trabalho, Biblioteca, Mulher, Namorados, Estudante, Secretário Escolar, Professor, Servidor Público, Criança, Evangélico, Orientador Educacional.
- Datas de conhecimentos gerais: Carnaval, Outono, Índio, Monteiro Lobato, Circo, Inverno, Água, Teatro, Meio Ambiente, Trânsito, Festas Juninas, Livro Infantil, Primavera, Árvore, Consciência Negra, Pessoa com Deficiência, Verão.

Existem ainda as datas que são incorporadas em função de novas demandas sociais e políticas, como no caso da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) que inclui a Semana de Educação para a Vida e o Dia da Educação Infantil em seu calendário letivo. Ou que respondem a um desígnio exógeno, como o Halloween, o Dia das Bruxas, celebração popular dos Estados Unidos que, cada vez mais, vem sendo agregada ao cotidiano escolar brasileiro.

Um dos exemplos mais emblemáticos de celebração escolar acontece em junho, sendo que as festividades podem estender-se até julho e agosto. As festas juninas tornaram-se atividades curriculares, em escolas públicas e privadas, desde a Educação Infantil chegando ao Ensino Superior. Inclusive comportando certas adaptações em função de questões religiosas, tendo em vista a pluralidade de religiões no Brasil contemporâneo. Por sua magnitude e capacidade de mobilização, merece uma análise mais apurada.

Festas juninas: do sagrado ao secular

Desde a Idade Antiga, povos europeus promoviam rituais de celebração pela passagem do verão (inverno no Hemisfério Sul), buscando assim afastar os maus espíritos que afetavam colheitas e clima. Durante a Idade Média, a Igreja Católica cristianizou as festas, dando-lhes como

padroeiros santos com hagiografias localizadas na mudança de estação: Santo Antônio, São João e São Pedro. Na Península Ibérica, firmou-se como uma das mais antigas e populares tradições da religiosidade popular. (CAMPOS, 2007). O autor prossegue contando que, em nosso país, as festividades aparecem na história no século XVI. Com o passar dos anos, as comunidades rurais, com sua animação e devoção aos santos, firmaram-se como locais privilegiados de realização dos folguedos. Até mesmo a cidade de São Paulo, no começo do século XX, mantinha a tradição das fogueiras nos quintais.

Em função do processo de urbanização, as festas foram deslocadas dos espaços domésticos para os clubes. A transferência provocou alterações no conteúdo dos festejos, que passaram a privilegiar o caráter lúdico em detrimento do religioso.

Campos (2007) informa que, ainda na década de 1970, as escolas paulistas haviam assimilado as festas juninas ao currículo. Por um lado, atendiam a uma necessidade lúdica própria do ambiente escolar. Por outro, passaram a ter como objetivo a arrecadação de fundos para as instituições, sobrecarregadas pelo crescimento do número de atendidos e decréscimo das dotações públicas. *É importante* mencionar que, em muitas localidades, a escola tornou-se o único espaço de realização das festas juninas, o que acabou gerando um efeito positivo ao aproximar a instituição de sua comunidade.

Alavantu e anarriê nas festas juninas escolares

É impossível discorrer sobre festa junina sem referir-se à quadrilha. Trata-se de uma dança coletiva geralmente executada ao som do forró e conduzida por um dos participantes, o puxador ou marcador, que dita o ritmo e comanda as brincadeiras. Embora os festejos juninos sejam uma herança da colonização portuguesa no Brasil, grande parte das tradições da quadrilha tem sua gênese na França. De modo satírico, o povo começou a conviver e a imitar a dança que não conhecia, adotando as palavras francesas da marcação. O resultado crítico perdura, pois os comandos “franceses” permanecem dando o tom do bailado.

Entre várias palavras e expressões francesas que o puxador da quadrilha usa, o termo *alavantu* (en avant tous) indica ir para frente enquanto *anarriê* (en arrière) indica ir para trás.

O ‘*anarriê*’ das festas juninas, de modo metafórico, pode ser relacionado à forma como os festejos são pensados, planejados, executados e avaliados (ou não) no ambiente escolar. Ou seja, se considerarmos o caráter retrógrado e preconceituoso de numerosos elementos dessa comemoração, como o casamento na roça e a tipificação caricata do homem e da mulher do campo, concluiremos que, do ponto de vista de uma educação focada na

alteridade e nos respeito às diferenças, as escolas estão, lamentavelmente, andando para trás.

Vamos começar pelos objetivos que os segmentos escolares devem eleger ao discutir a pertinência de fazer o evento: Celebrar o aspecto religioso? Angariar recursos financeiros? Cumprir o calendário de eventos? Integrar escola e comunidade? Fomentar a interdisciplinaridade? Manter a tradição? Instituir espaço/tempo de ludicidade? Valorizar a cultura brasileira? Antes de sua realização, a instituição precisa, sistematicamente, pensar a atividade e sua imbricação entre tradição, nação, cultura, religião e currículo.

As escolas precisam ter no horizonte que "(...) o mais importante de todo o envolvimento das crianças nessas festas e comemorações escolares deve ser buscado nelas, não em nós ou nos outro." (SOUSA, 2000, p.100) A autora atesta que as crianças constituem o ponto de partida e de chegada das propostas e atividades que a instituição empreende. Por isso, o artigo 4º nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) sanciona:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (DCNEI, 2009, p.19).

A escola obriga-se, portanto, a possibilitar o acesso intencional e planejado das crianças aos processos de construção de conhecimentos e aprendizagem de diferentes linguagens. Responsabiliza-se em organizar experiências de aprendizagens contextualizadas e significativas para as crianças, com vistas ao seu desenvolvimento integral. Possui o encargo de colocar os pequenos como protagonistas do festejo, durante todo o desenrolar da atividade. Por conseguinte, as festas juninas, não podem e não devem reiterar alguns estereótipos e desvios que costumam aparecer nesses momentos.

A caracterização das crianças como caipiras, por exemplo, com falhas nos dentes, sardas, chapéus esgarçados, roupas remendadas, andar trôpego, falas incorretas, costeletas e bigodes desenhados tange o grotesco e pouco tem a ver com a realidade rural brasileira hodierna. Outro elemento discutível é o casamento, geralmente forçado, com uma noiva amedrontada e um noivo vacilante. Imagens que categorizam pessoas e situações com base em generalizações e julgamentos duvidosos proliferam durante as celebrações juninas. A escola vai perpetuando, sem reflexão, a imagem do Jeca Tatu, popularizada por Monteiro Lobato na obra *Urupês* lançada em 1918. Ou seja, há um século. Nesse ínterim, muitas modificações transcorreram no país, tanto no meio urbano quanto no rural.

Geralmente, os vocábulos que designam o rural

- caboclo, caipira, sertanejo, roceiro, caçara, tabaréu, matuto – reportam à rusticidade. Somente o vocábulo 'camponês' relaciona e recupera a relação do homem com sua terra (GARCIA, 2006). Quase sempre, o sujeito do campo aparece identificado ao atraso, ignorância, falta de bom trato e de escola. Como se sabe, os nomes ensejam, entre outros aspectos, significação e legitimação sociais.

A escola, ao apresentar representações caricaturais e estereotipadas dos povos do campo, vai colaborando para conformar uma consciência equivocada em bebês e crianças pequenas, incluindo aí famílias e comunidade. Os conhecimentos científicos e os dados estatísticos provam o engano de abordar e representar de modo preconceituoso o camponês brasileiro. O próprio Ministério da Educação reconhece a diversidade e riqueza dos povos do meio rural, abrangendo as populações identificadas com o campo em certo modo de viver, pensar e produzir, sejam agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caçaras, quilombolas, seringueiros.

Outro afastamento de objetivos pedagógicos que um evento como esse pode acarretar é o estímulo à chamada indústria cultural. O Currículo em Movimento (2014) aborda a Educação para a Sustentabilidade como um dos seus eixos transversais. Inclusive "produção e consumo consciente" assoma como um dos subtemas do eixo. Porquanto vivemos um momento de pensar e repensar a questão da educação ambiental.

A expressão "indústria cultural", cunhada pelo filósofo alemão Adorno (1978), diz respeito a conceber a cultura como indústria, que se torna um produto meramente comercial e legitima o consumismo. Essa lógica impede a emancipação humana por transformar a cultura em mercadoria a ser devorada e, depois, desprezada. Os meios de comunicação responsabilizam-se por difundir os produtos culturais gerados por essa indústria. Por isso, artistas e produções são lançadas no mercado, fazem sucesso e, logo após, desvanecem da nossa presença.

Consoante Campos (2007), as festas juninas – manifestações culturais, populares e autênticas – têm a missão de integrar o grupo social que a suscitam. Contudo, a depender da forma como elabora-se o evento, pode gerar alienação, fuga da realidade. À vista disso, cresce a responsabilidade dos profissionais da escola ao preparar e executar o festejo.

Ao lado ou como consequência da "indústria cultural", nasce e progride a "indústria das festas". Inclusive o Currículo em Movimento/Educação Infantil alerta para a questão e recomenda que não façamos a exposição gratuita e aleatória das crianças a esta situação. E no volume que aborda o arcabouço teórico que fundamenta o Currículo, ao tratar do eixo Educação para a Sustentabilidade, orienta-se:

O eixo transversal Educação para a Sustentabilidade, no currículo

da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, sugere um fazer pedagógico que busque a construção de cidadãos comprometidos com o ato de cuidar da vida, em todas as fases e tipos, pensando no hoje e nas próximas gerações. O eixo perpassa o entendimento crítico, individual e coletivo de viver em rede e de pensar, refletir e agir acerca da produção e consumo consciente, qualidade de vida, alimentação saudável, economia solidária, agroecologia, ativismo social, cidadania planetária, ética global, valorização da diversidade, entre outros. (SEEDF, 2014, p. 63).

Assim, devem ser evitados tanto os gastos e a ostentação (nos quesitos decoração, confecção de “lembrancinhas”, aquisição de roupas e figurinos, montagem das barracas) quanto a finalidade exclusivamente lucrativa na realização das festas juninas.

Outro elemento a ser eliminado são as competições: gincana para arrecadar gêneros alimentícios (que posteriormente serão (re)comprados pela própria comunidade, que inicialmente fez a doação). Eleição de Rainha e Rei da Pipoca (que depende da venda de rifas por parte das crianças e familiares, sendo que geralmente vence a pequena ou o pequeno que advém de núcleos com mais poder econômico) e outras iniciativas congêneres. Novamente, ao recorrer ao Currículo em Movimento (2014), encontramos fundamentos para essa recomendação, visto que o documento argumenta que a perspectiva da Educação Integral, adotada na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, preconiza a “(...) formação de um ser menos consumista, mais ético consigo mesmo, solidário com o próximo e integrado com a natureza que o circunda.” (SEEDF, 2014, p. 11).

Já o ‘alavantu’, ou seja, o ‘ir para frente’ metaforicamente revela-se quando a instituição considera a alteridade, a diversidade e as diferenças presentes nos segmentos escolares e em seu entorno. Os avanços formativos resultarão do tratamento que a instituição escolar outorga ao seu Projeto Político Pedagógico e, como integrante deste, a Organização Curricular. Por sua vez, importa como a Organização Curricular articula-se ao Plano de Ação e aos planejamentos docentes.

Ao arquitetar a festividade, o coletivo será desafiado a meditar sua postura em relação à criança, dando-lhe voz e vez; em relação à comunidade, respeitando seus costumes; em relação aos profissionais, tornando a gestão do festejo o mais democrático possível; em relação à abordagem da cultura caipira/do campo, reconhecendo e prestigiando valores, tradições e sujeitos.

Orgulhosamente, no caminho da roça

Festas são acontecimentos gregários nos quais os seres humanos afinam laços de solidariedade, socializam-se, confraternizam-se, encontram-se e, deste modo, erigem suas identidades sociais.

As escolas, em particular aqueles estabelecimentos

situados no meio rural ou que atendem a população advinda do campo, devem debater as comemorações juninas e seus sentidos, especialmente os que aludem aos sujeitos, seus valores e modos de ser, às suas identidades comuns, às suas condições de vida, ao seu território, ao seu patrimônio cultural a fim de combater:

(...) a urbanização introjetada nos alunos pela exortação da vida citadina e depreciação das comunidades rurais tradicionais. O processo acaba por incitar a saída e o abandono do campo. Ademais, a presença física da escola na roça não garante vínculo nem fortalecimento local. Por isto, os discursos salientam a condição indispensável da escola estar no campo a serviço dos que habitam e pertencem ao campo. (BARROSO, 2011, p. 377)

Evocando novamente o Currículo em Movimento (2014), ao dissertar especificamente sobre o eixo transversal Educação para a Diversidade, temos o reconhecimento das pessoas do campo como um dos segmentos da população que tem vivenciado a desigualdade por ser diferente ao não se enquadrar “nos padrões, saberes e culturas hierarquizadas” e ao ser vítima da exclusão de bens econômicos, sociais e culturais. Exclusão inclusive da educação ou de uma educação que honre, acolha e aprecie o campesinato - seu modo de viver, de organizar o seu tempo, de pensar o trabalho e a cultura urbana. (GARCIA, 2006).

Os conhecimentos historicamente subjugados, como os das populações rurais, não foram totalmente excluídos da arena política e os saberes escolares constituem-se em direito inalienável das pessoas do campo. Às instituições compete superar visões preconceituosas, anacrônicas e do senso comum sobre campo e cidade, urbano e rural, cultura e indústria cultural.

Assim, as festas juninas nas escolas abdicarão das lições de preconceitos⁴ que, por muitos momentos, flagramos, reconhecendo as boas intenções que elas carregam.

Considerações finais: até o próximo arraial

Em verdade, todos esses aspectos levantados podem ser problematizados e até resolvidos se, como alerta o título do artigo, a data comemorativa for convertida em data significativa. Em conformidade com o Dicionário online Priberam, o verbo significar vem do latim *significo, -are*, mostrar com sinais, indicar, dar a entender, declarar. Ou seja, ter a significação ou o sentido de, ser sinal de; denotar, notificar, comunicar.

Contudo, crer que uma data comemorativa tornar-se-á significativa decorre da nossa concepção de criança, de infância, de aprendizagem, de escolarização, de educação. Quem imagina a criança como um pequeno adulto ou como um ser incompleto, sem conhecimentos e experiências, reúne grandes chances de apenas redizer os mo-tes: “Todo mundo faz...”, “É costume...”, “Não há mal algum...”, “As crianças e famílias esperam e gostam...”,

“Se o mundo lá fora comemora, por que não a escola?”. Argumentos plausíveis, contudo discutíveis ao se projetar a função social da escola, reiterando que Creche e Pré-Escola são segmentos da primeira etapa da Educação Básica. Consequentemente inserem-se no campo da educação formal e objetivam a formação humana integral:

É certo que as crianças trazem para a creche o que vivem, ouvem e vêem fora dela. Mas será argumento suficiente essa evidência? Qual o papel da instituição de educação infantil, repetir/reproduzir o que circula na sociedade em geral ou discutir e questionar os conteúdos e vivências que trazem as crianças? É apenas “respeitar” a realidade imediata da criança, ou ampliar sua visão de mundo? É discutir e negociar significados ou legitimar um sentido único, veiculado nas práticas comemorativas de consumo? (OSTETTO, 2002, p. 83)

Ousamos advertir que o calendário comemorativo também pode ser nocivo ao profissional da Educação Infantil. Por um lado, esvazia seu potencial intelectual ao propiciar a adoção de rotinas e recorrências destituídas de nexos, de prazer, de desafios. Por outro, suga suas energias físicas e psíquicas, tomado pela premência dos prazos e das numerosas tarefas que estão imbricadas nesse tipo de evento:

Na mesma direção, podemos perceber a elaboração ou proposição de “trabalhinhos” “lembrancinhas”, dancinhas, teatros geralmente destituídos de reflexão, por parte do educador, que em momento algum pára para pensar no significado disso tudo para as crianças, se está sendo “gratificante”, enriquecedor para elas. O educador acaba sendo um repetidor, pois todos os anos a mesma experiência se repete, uma vez que as datas se repetem. Talvez uma atividade aqui outra lá, um ou outro trabalhinho seja renovado, mas o pano de fundo é o mesmo. Em relação às implicações pedagógicas, essa perspectiva torna-se tediosa na medida em que é cumprido ano a ano, o que não amplia o repertório cultural da criança. Massifica e empobrece o conhecimento, além de menosprezar a capacidade da criança de ir além daquele conhecimento fragmentado e infantilizado. (OSTETTO, 2002, p. 82)

Como buscar o sentido das datas comemorativas na escola – não somente das festas juninas - partindo do pressuposto que não cabe, unilateralmente, interditar-las, ignorá-las, suprimi-las. Mais uma vez, nossa fonte é o Currículo em vigor, que elenca uma série de indagações que visam provocar o debate, formar ideias, nortear ações e embasar a avaliação do que realizamos na Educação Infantil em favor das aprendizagens e do desenvolvimento infantil. As interpelações que se seguem instigam o coletivo a desnaturalizar hábitos e adentrar o campo do “inquestionável”.

- Por que a instituição acredita ser válida a mobilização para celebrar este ou aquele dia?
- Por que é necessário realizar atividades acerca das datas comemorativas, todos os anos, com poucas variações em torno do mesmo tema?
- As atividades relacionadas à temática ampliam o

campo de conhecimento das crianças?

- Foram atividades escolhidas pelo professor, pelo coletivo da instituição educacional, pela família ou pelas crianças?
- Os sentimentos infantis e aprendizagens são levados em conta?
- O trabalho desenvolvido em torno das datas está articulado com os objetivos relacionados às aprendizagens?
- Será que as crianças são submetidas, ao longo dos anos escolares, às mesmas atividades, ações, explicações?
- Consideramos as idades das crianças, seus interesses e capacidades ao elegermos as datas comemorativas?
- Fazemos diferentes abordagens para diferentes faixas etárias?
- Interrompemos trabalhos em andamento para incluir datas comemorativas?
- Quais são os critérios para a escolha das datas? Algumas são mais enfatizadas que outras? Por quê?
- Os conteúdos e as atividades são problematizados pelos adultos e crianças?
- Expomos as crianças, ainda que não intencionalmente, à “indústria das festas”?
- Incentivamos, ainda que não intencionalmente, a cultura do consumo?
- Como são tratados os aspectos culturais destas datas? Sob qual enfoque? Com qual aprofundamento?
- Quais valores, conceitos, ideologias atravessam essas celebrações?

Ao ponderar e buscar respostas para as interrogações acima, ficará mais inteligível organizar o trabalho pedagógico da escola tendo como pano de fundo a grande questão operada acertadamente por Maia (2011): “Com quantas datas se faz um currículo?”

Uma réplica possível seria: Um currículo não se constrói ou materializa-se com datas comemorativas. Porém, é possível e plausível contemplar dias especiais no currículo, desde que considerados o embasamento histórico cultural do documento Currículo em Movimento, o Projeto Político Pedagógico como expressão das intencionalidades educativas, os profissionais como sujeitos que pensam, agem e avaliam seu fazer, as famílias com suas diversas configurações e experiências e a comunidade com suas vivências e saberes. E, principalmente, situar a criança como centro do planejamento:

Explico: penso que é fundamental que as escolas, professores e pais tenham muito claro que é preciso priorizar sempre e entender qual o significado do conjunto dessas experiências para a vida das crianças – de todas e de cada uma delas. E não me refiro ao futuro apenas, mas principalmente ao seu presente. Ao momento específico da sua existência, nos seu contexto próprio. Refiro-me, ainda, às suas percepções e sentimentos. Aos seus desejos e fantasias. Sem esquecer que, na infância, existem, também, inseguranças, medos e ansiedades. (SOUZA, 2000, p. 100).

Afinal, diante da globalização, “(...) a proteção, preservação, revitalização, interpretação e promoção do patrimônio cultural” cooperam para a “(...) valorização das culturas locais, contribuindo também para o fortalecimento das identidades” (CRUZ; MENEZES, 2008,p.30). Isto é, a escola pode assumir uma função primordial de, promovendo comemorações, ressignificar seu aparato material e simbólico (ritos, canções, danças, comidas, indumentárias, caracterizações, etc.). Desde que a instituição esteja atenta ao dinamismo e a historicidade que caracterizam os seres humanos, as instituições e, por conseguinte, suas tradições, costumes, festejos, efemérides de modo geral:

A memória humana é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9).

Por último, mas não menos importante, lembrar que a criança pode ser uma “guardiã da memória” desde muito pequena. Porque memória, história e festa são coisas de criança...

Notas

- 1 Citamos apenas os documentos federais, sem esquecer os que circulam em níveis regional e local, ao mesmo tempo catalisadores e frutos de mudanças.
- 2 Outro exemplo temos com a pesquisadora Giovanna Siqueira Ruberti (2012), que opta por três categorias, sendo: datas religiosas, cívicas e da tradição escolar.
- 3 Foram introduzidas algumas alterações a fim de contemplar a realidade distrital.
- 4 Releitura do título do artigo: Festas Juninas: lições de preconceitos de Judas Tadeu de Campos (2007).

Referências bibliográficas

- BARROSO, Edna R. **Educação do Campo**: Contexto de Discursos e de Políticas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Unicamp: Campinas, 2011.
- CAMPOS, J.T. **Festas Juninas nas escolas**: lições de preconceitos. *Educação e Sociedade*, v. 28, p. 589-606, 2007.
- CURADO, R.V.P. **Comemorações**: Um brinde aos patrimônios culturais, 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- CRUZ, M. S. R; MENEZES, J. S. Festas culturais: tradição, comidas e celebrações. In: I **EBECULT**, 2008, Salvador. I Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2008.
- LISBOA, K. M. I. Comemorações, memória, história e identidade. In RODRIGUES, J., org., NEMI, ALL., LISBOA, KM., and BIONDI, L. **A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos**: ensaios sobre história e memória [online]. São Paulo: Unifesp, 2008. pp. 35-91. ISBN: 978-85-61673-83-3.
- GARCIA, Elenira Martins Sanches. **A educação do homem do campo (1920-1940)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, Universidade São Francisco: Itatiba, 2006.
- MAIA, M.N. V. G. **Currículo, datas e tradição** – uma análise necessária, 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- _____. **Educação Infantil**: com quantas datas se faz um currículo? Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2011
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na Educação Infantil: mais que atividade, a criança em foco. In: _____ (Org.). **Encontros e encantamentos na Educação Infantil**. Campinas: Papyrus, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares In: **Projeto História**. São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.
- SOUSA, M. F. G.. **Para além de coelhos e corações**: reflexões sobre a prática pedagógica do educador infantil. *Linhas Críticas (UnB)*, Brasília, v. 6, n.10, p. 95-109, 2000.